

Arquivos de Memória Recente: Práticas e Desafios

Ana Carvalho

CIDEHUS, Universidade de Évora

Sumário executivo

O estudo InMAP analisou a situação dos arquivos de memória recente desenvolvidos em Portugal nas últimas décadas, incidindo sobre as entidades que documentam o Património Cultural Imaterial (PCI) e a memória oral. A investigação assentou numa abordagem metodológica mista, combinando um inquérito por questionário de âmbito nacional com entrevistas semiestruturadas a profissionais de entidades representativas do setor. Os resultados evidenciam que, apesar do dinamismo e da diversidade institucional do campo, as entidades envolvidas — nomeadamente municípios, museus, universidades e centros de investigação, bem como associações (entre outras) — enfrentam constrangimentos estruturais significativos nos domínios da documentação, da preservação digital e do acesso digital a este património. Estas fragilidades comprometem a salvaguarda de longo prazo dos acervos e limitam o seu potencial enquanto recurso estratégico de conhecimento, participação cultural e coesão social. O estudo conclui que estes desafios exigem uma resposta política clara e urgente. O investimento sustentado em recursos humanos qualificados, formação e capacitação contínua, normalização e orientações técnicas, mecanismos de financiamento adequados, reforço institucional e articulação intersectorial constitui uma condição essencial para assegurar a preservação e a transmissão do PCI e da memória coletiva às gerações futuras.

Recomendações

- Estratégia nacional para a salvaguarda do PCI e preservação da memória;
- Reforço de recursos humanos;
- Plano de formação e capacitação;
- Normalização e orientações técnicas;
- Programas de financiamento sustentável;
- Reforço institucional e articulação sectorial.

Destinatário(s) do *policy brief*

Património Cultural, I.P., Museus e Monumentos de Portugal (MMP), Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) e Arquivo Nacional do Som

Introdução e Enquadramento do Problema

Nas últimas décadas observamos, em Portugal, um número crescente de arquivos de memória recente criados por museus, arquivos, bibliotecas, universidades, associações e municípios.

Por “arquivos de memória recente” referimo-nos aos arquivos e repositórios que documentam o Património Cultural Imaterial (PCI) e preservam a memória oral. Neste contexto, entendemos a preservação da

memória oral como a recolha e valorização das narrativas – vividas ou transmitidas – que as pessoas partilham sobre as suas práticas sociais ou culturais, conhecimentos e saberes-fazer, lugares e acontecimentos. E entendemos o PCI no mesmo sentido que a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) lhe confere: as práticas culturais tradicionais (património vivo).

Apesar da multiplicação de iniciativas, não existe informação estruturada que possa informar sobre a caracterização, desenvolvimento e impacto destes arquivos na

sociedade. Assim, o estudo InMAP procurou responder a duas questões centrais: qual é a situação e evolução destes arquivos? Quais são os principais desafios para a documentação, preservação digital e acesso digital?

A documentação, a preservação digital e o acesso digital foram consideradas áreas centrais de análise pela sua relevância na transmissão do conhecimento sobre PCI e da memória oral.

Análise / Principais Resultados

O estudo InMAP analisou a situação dos arquivos de memória recente criados em Portugal nas últimas décadas, focando-se nas entidades que documentam o Património Cultural Imaterial (PCI) e a memória oral.

A investigação combinou dois instrumentos de recolha de dados complementares: um inquérito por questionário de âmbito nacional, que obteve 195 respostas válidas (das quais 123 entidades desenvolvem efetivamente atividade neste âmbito), e 11 entrevistas semiestruturadas a 19 profissionais de entidades representativas do setor (museus, arquivos, bibliotecas, associações e universidades).

Um setor diverso e territorialmente assimétrico

O universo inquirido revela significativa diversidade institucional, com predominância dos municípios (35%), seguidos de museus (19,5%), universidades/centros de investigação (14,6%) e associações (10,6%) (fig. 1).

O setor público representa 75,6% da amostra, confirmando o seu papel central na promoção e manutenção de projetos de documentação do PCI e da memória oral. Esta centralidade do setor público sublinha a importância das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável deste campo.

Geograficamente, verifica-se uma maior concentração de entidades na Grande Lisboa

(25,2%), Norte (17,1%) e Centro (16,3%), evidenciando uma distribuição territorial assimétrica que reflete dinâmicas já instaladas de investimento cultural e institucional.

Para a maioria das entidades, a atividade desenvolvida é de natureza permanente (65%), indicando uma tendência para a continuidade e institucionalização destes projetos, o que constitui um aspeto positivo no panorama analisado. No entanto, 18,7% das entidades desenvolvem atividades de carácter pontual, sinalizando a coexistência de iniciativas mais episódicas ou circunscritas a prazos e objetivos específicos.

Os resultados do estudo permitem identificar vários desafios:

Documentação: práticas fragmentadas e pouco normalizadas

A documentação constitui uma área crítica com múltiplas fragilidades estruturais (inventariação, normalização, tecnologias). A análise dos dados revela um panorama de práticas pouco sistematizadas, marcado pela ausência de procedimentos normalizados e pela limitada utilização de ferramentas de gestão de informação.

Ausência de estratégias de preservação digital

A preservação digital constitui uma das áreas mais frágeis do panorama analisado. Apesar de ser reconhecida como dimensão

importante, apenas 8,1% das entidades dispõem de estratégia de preservação digital formalizada.

Acesso digital limitado

O acesso digital apresenta um panorama heterogêneo e globalmente insatisfatório. Metade das entidades (50,7%) possui website para disponibilizar os seus recursos, mas 31% não têm. Entre as entidades com website, a percentagem de património divulgado online é muito limitada: apenas 5,7% disponibiliza integralmente o seu património.

Escassez de recursos humanos como constrangimento transversal: Identificada como lacuna principal em todas as dimensões analisadas (inventário 17,3%; preservação digital 11,3%; acesso digital 18,6% no questionário; problema mais referido nas entrevistas), constitui o principal constrangimento estrutural que atravessa todo o setor.

Insuficiência de capacitação: Lacunas ao nível de competências específicas (43,1%) e competências digitais (37,4%) identificadas no questionário são confirmadas e aprofundadas nas entrevistas, que sublinham a necessidade de investimento sistemático em formação contínua.

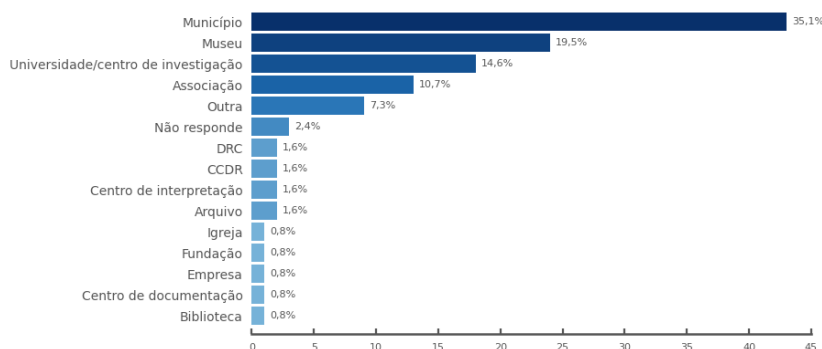
Fragilidade das infraestruturas tecnológicas: Ausência ou inadequação de sistemas de gestão de informação (40,7% não utilizam), limitações de armazenamento e insuficiência de equipamentos condicionam o desenvolvimento adequado dos projetos.

Ausência de normalização e procedimentos formalizados: A falta de normas técnicas (40,7% não dispõem de normas escritas), vocabulários controlados (52% não utilizam) e procedimentos escritos compromete a qualidade, consistência e sustentabilidade do processo de documentação, preservação e acesso, como evidenciado por ambos os instrumentos.

Limitações financeiras sistémicas: A insuficiência de financiamento (apenas 19,5% consideram suficiente) condiciona todas as outras dimensões: contratação de pessoal, aquisição de equipamentos, investimento em infraestruturas tecnológicas e capacitação profissional.

Défice de articulação institucional: A necessidade de maior articulação entre tutelas nacionais e entidades, identificada nas entrevistas.

Gráfico 1 – Tipologia das entidades que desenvolvem atividade no âmbito do PCI ou da memória oral



Fonte: InMap
Base: 123

Opções de Política e Recomendações

Face ao diagnóstico apresentado, que evidencia fragilidades estruturais múltiplas e

interdependentes, propõem-se medidas de política pública integradas e articuladas,

organizadas em 6 eixos de intervenção prioritários.

Estratégia nacional para a salvaguarda do PCI e preservação da memória

Ação: Desenvolver uma estratégia nacional integrada que articule as diferentes tutelas (museus, património, bibliotecas, arquivos) e seja enquadradora para todo o sector.

A ausência de uma estratégia nacional e, por outro lado, a fragmentação atual ao nível institucional impede uma abordagem articulada. Uma estratégia integrada facilitaria a definição de prioridades, a alocação de recursos e a convergência de competências.

Reforço de recursos humanos

Ação: É fundamental assegurar o **financiamento público para a contratação de pessoal especializado com vínculos estáveis**, dimensionando adequadamente as equipas face às exigências dos projetos. Propõe-se:

- Apoio à contratação de perfis especializados, suprimindo lacunas existentes
- Incentivo à consolidação de equipas multidisciplinares que permitam desenvolver todas as etapas do trabalho (documentação, preservação, acesso) de forma integrada.

A escassez de recursos humanos constitui o principal constrangimento estrutural para o desenvolvimento do trabalho com o PCI e a memória oral, comprometendo a sustentabilidade e o impacto destes projetos na sociedade.

Plano de formação e capacitação

Ação: Implementar um programa estruturado de formação contínua de âmbito nacional dirigido a profissionais dos municípios, museus, arquivos, bibliotecas e outras entidades. Propõe-se:

- Formações de curta duração, contemplando diferentes níveis e modalidades: da sensibilização para técnicos e decisores, a ações mais especializadas para fortalecer

competências técnicas e digitais. O modelo de formação implementado pela Rede Portuguesa de Museus pode ser uma referência.

A falta de competências técnicas específicas e competências digitais, a par com a baixa sensibilização são barreiras críticas identificadas. A capacitação é essencial para elevar a qualidade do trabalho desenvolvido.

Normalização e orientações técnicas

Ação: Elaborar e disseminar **orientações técnicas** para uniformizar práticas e elevar padrões de qualidade. Propõe-se:

- Desenvolvimento de normas técnicas, vocabulários controlados e orientações para a preservação digital e acesso digital

A falta de orientações comuns gera práticas heterogéneas e compromete a qualidade do processo de documentação, preservação e acesso digital.

Programas de financiamento sustentável

Ação: Criar linhas de financiamento dedicadas à documentação do PCI e da memória oral, com apoio regular e criterioso, comparáveis a outros já existentes em outras áreas do património (ex. ProMuseus).

A ausência de financiamento compromete a o desenvolvimento de iniciativas nesta área.

Reforço institucional e articulação sectorial

Ação: Estabelecer mecanismos efetivos de articulação entre:

- Tutelas nacionais (Património Cultural, I.P.; MMP; DGLAB) e entidades locais (museus, arquivos, bibliotecas, municípios)
- Diferentes sectores (museus, arquivos, bibliotecas, património)

O distanciamento atual entre o nível nacional e local gera dificuldades operacionais e falta de apoio no terreno. A colaboração intersectorial é fundamental para a eficácia das políticas.

Conclusão

Os arquivos de memória recente são um recurso estratégico para a preservação do PCI e da memória oral, e para a valorização das comunidades. O estudo InMAP demonstra que, apesar do dinamismo do setor, as entidades que trabalham nesta área enfrentam desafios críticos ao nível da documentação, preservação digital e acesso digital deste património, comprometendo a sua salvaguarda a longo prazo e limitando o seu potencial como recurso de conhecimento para a sociedade.

Estas fragilidades estruturais exigem resposta política urgente. A adoção de políticas públicas integradas, é fundamental para garantir a continuidade, a qualidade e o acesso a este património. Investir em recursos humanos, formação e capacitação, normalização e orientações técnicas, financiamento, reforço institucional e articulação intersectorial é condição para assegurar a transmissão do património e da memória coletiva às gerações futuras.

Referências

UNESCO. 2003. *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO.

Nota Técnica

O resumo executivo foi melhorado com a ajuda do chatbot ChatGPT.

COMO CITAR ESTE DOCUMENTO

Carvalho, Ana. (2026). *Arquivos de Memória Recente: Práticas e Desafios*. S4P-23 Policy Brief 5624/2023. PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas.




CONTACTO

science4policy@planapp.gov.pt

COPYRIGHT

© PLANAPP, 2026

 [Ciência para as políticas públicas](#)
 [PLANAPP](#)
 [Newsletter](#)

 [PLANAPP](#)
 [@planapp](#)
 [PLANAPP podcasts](#)



Este *policy brief* foi desenvolvido no âmbito do Science4Policy 2023 (S4P-23): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP), em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Linha temática S4P-23/02: As Pessoas Primeiro / Património e Memória – Arquivos nacionais.

O conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vincula nem compromete o PLANAPP nem a FCT.